



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO
LUIZ GONZAGA: PROCESSO PARA UMA ESCOLA
INCLUSIVA**

Etelice Souza da Silva

Passo Fundo, RS, Brasil

2010

**ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
SÃO LUIZ GONZAGA: PROCESSO PARA UMA
ESCOLA INCLUSIVA**

por

Etelice Souza da Silva

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Passo Fundo, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO LUIZ
GONZAGA: PROCESSO PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

elaborado por
Etelice Souza da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Renata Corcini Carvalho Canabarro
(Presidente/Orientador)

Cristiane Lazzeri

Daniela Lobo

Passo Fundo, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO LUIZ GONZAGA: PROCESSO PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

AUTOR: ETELICE SOUZA DA SILVA
ORIENTADOR: RENATA CORCINI CARVALHO CANABARRO
PASSO FUNDO,

Esta pesquisa teve como objetivo identificar ações práticas necessárias a serem desenvolvidas no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, a fim de favorecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, tornando-se uma escola inclusiva. Para esta proposta foram realizados encontros com os professores para discussão da temática escola inclusiva, trabalhando-se a questão da educação especial através dos tempos, a evolução da legalidade da mesma em âmbito internacional, nacional e municipal, a interpretação e compreensão do contexto escolar da EMEF São Luiz Gonzaga e o seu processo de transição da integração para inclusão. Os resultados encaminharam para a organização, estruturação e dentro de um processo a implementação do plano de ações práticas a serem efetivadas na escola a partir dos estudos, análises e discussões sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, aqui particularmente na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga.

Palavras-chave: alunos com necessidades educacionais especiais; escola inclusiva; Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga.

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------|----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 05 |
| 2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO | 07 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 11 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 33 |
| 5. REFERÊNCIAS | 38 |

1. APRESENTAÇÃO

A legislação brasileira, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9.394/96, prevê a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas regulares de ensino, o que representa o compromisso com o princípio da igualdade de direitos para todos e a equiparação de oportunidades educacionais.

A proposta da inclusão no nosso país é recente e muito ainda temos para caminhar. Devemos ter em mente que nenhum ser humano é igual ao outro. O mesmo ocorre com as pessoas com necessidades educacionais especiais e, portanto, nenhuma pessoa, mesmo que em uma mesma categoria de deficiência é igual à outra. Assim sendo, no contexto de ensino e aprendizagem o foco não deve ser a limitação, mas as potencialidades, as particularidades individuais das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, a proposta de inclusão nos traz um olhar para a mudança, para a adaptação de velhos hábitos e isso faz com que voltemos esse olhar para nós mesmos e para a escola em que estamos trabalhando. Precisamos transformar a realidade da escola, para que possamos trabalhar com a diferença, com a diversidade fazendo com que isso não seja uma desvantagem, mas um ganho, na tentativa de criarmos uma sociedade mais solidária, mais igualitária e com oportunidades para todos. É esta a grande proposta da inclusão! Todos freqüentarem a escola, terem acesso a um ensino de qualidade, participarem de todas as atividades. Essa proposta passou a ser um direito de todos e deve ser assegurada pelo Estado, como cumpridor da legislação federal, em todas as instâncias, sendo elas públicas ou privadas.

Apesar de todo embasamento legal, muitos são os sentimentos e as concepções que permeiam a inclusão escolar no contexto da E.M.E.F. São Luiz Gonzaga, onde atuo como professora de uma turma do Primeiro ano do Ensino Fundamental. Posso destacar o receio do novo, a sensação de não estarmos preparados para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, de não sabermos o que deve ser feito, entre outros. Compreendo que isto é muito

comum, portanto, não devemos nos culpar por tal, mas precisamos reconhecer que este sentimento do desconhecido pode gerar angústia e resistência.

Pensando nessas angústias, em como transformá-las em ações práticas, no processo percorrido pela escola na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, no cumprimento da legislação, principalmente no contexto histórico, social e cultural da escola, nos últimos conselhos de classe, nas avaliações realizadas quanto à qualidade do ensino, quanto ao rendimento dos alunos, e no elevado número de alunos que apresentam déficit cognitivo me deparei com o seguinte questionamento: *“como a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga pode favorecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais?”*.

Frente a essa problemática identifiquei a necessidade de avaliar, pesquisar, argumentar as práticas desenvolvidas no contexto escolar. Para tanto, o presente estudo buscou *“identificar ações práticas necessárias a serem desenvolvidas no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, a fim de favorecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais”*, tornando-se uma escola inclusiva.

O estudo divide-se em três momentos. Inicialmente apresento o caminho da investigação onde contextualizo o campo de investigação e a opção metodológica do trabalho.

Após segue-se o momento da pesquisa bibliográfica com sub-capítulos que se fizeram necessários sobre o assunto.

Como último momento organiza-se juntamente com professores e equipe diretiva da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga um plano de ação para favorecer o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da escola juntamente com as considerações finais do presente trabalho.

Os resultados encaminham a pesquisa para a organização e estruturação do nominado plano de ações práticas a serem efetivadas na escola a partir dos estudos, análises e discussões sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, aqui efetivamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Não é fácil escolher caminhos a seguir, pois eles são muitos, por isso se faz necessário delimitar o tema para seguir um caminho no que se trata de uma pesquisa e da vida também.

2.1 Caracterização do contexto

A pesquisa em Educação especial, nos últimos anos, tem sido de relevante importância, tanto pela oportunidade de novas construções teóricas acerca do tema, como também por ser alvo direto das novas políticas públicas relativas ao paradigma da inclusão. Desta forma, pensar nessa modalidade de ensino da educação básica destinada ao atendimento complementar ou suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades requer que levemos em consideração o contexto social, político e econômico da qual a mesma faz parte, para que não se corra o risco de assumir posições impensadas e não fundamentadas na realidade atual. Considera-se que estes contextos são contraditórios e ricos em elementos e tem impulsionado grandes desafios para a área da pesquisa e a organização e construção de novos conceitos e saberes, vitais hoje para a educação especial, que vive em um momento de resignificação.

Resultado da curiosidade epistemológica a respeito dos temas que envolvem a educação especial, este trabalho buscou discutir e analisar o processo de transição da integração para a inclusão, bem como dentro de um contexto social, econômico, cultural e legal identificar ações práticas necessárias a serem desenvolvidas, a fim de favorecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, a qual situa-se no município de Passo Fundo – RS.

A referida escola atualmente está com 1045 alunos matriculados, distribuídos entre 25 turmas de anos iniciais e 15 turmas de anos finais do ensino fundamental, bem como 6 turmas da Educação de Jovens e Adultos no período

noturno. Dentre esses alunos, 40 estão incluídos, distribuídos nas classes regulares de ensino. Os professores são em número de 75 entre efetivos e estagiários em convênio com a Universidade de Passo Fundo. e também 16 funcionários distribuídos entre serventes, guarda e secretárias.

A escola é considerada pólo para o atendimento do AEE, pois têm a sala de recursos, onde alunos de outros bairros da região, após mapeamento são atendidos (são em número de 15), bem como os alunos matriculados na escola que necessitam desse atendimento. Além desse atendimento, a escola dispõe de um laboratório de informática, ainda sem acesso a internet, também escolinhas de vôlei, futebol, oficinas de teatro e dança como recursos pedagógicos de fundamental importância para o processo ensino-aprendizagem dos alunos, principalmente tratando-se dos alunos incluídos.

2.2 Caracterização da pesquisa

O estudo dos fenômenos educacionais e seus sujeitos acontecem dentro do contexto sócio-histórico em que ocorrem, recuperando-se assim, o cotidiano como campo da expressão humana e palco das mentes humanas, incluindo suas subjetividades, emoções e valores.

Assim sendo, a opção por uma pesquisa participativa com análise qualitativa dos dados se deu por entender que esse procedimento permite uma análise mais profunda da realidade dos indivíduos integrantes do grupo pesquisado. Bem como, permitiu minha participação enquanto pesquisadora, mediadora e desequilibradora do grupo, na tentativa de refletir, através dos diálogos, sobre os problemas que envolvem as práticas em educação especial, mantendo sempre um envolvimento político com a realidade concreta.

A abordagem qualitativa foi escolhida em função do seu aspecto de intervenção direta no problema estudado, através de sua metodologia específica. Dessa forma, formar um grupo de educadores para a discussão dos temas relativos a esta pesquisa significou abordar o tema de forma contextualizada, visto que “os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos” (THIOLLENT, 1985, p.14).

Um dos teóricos que muito contribuiu para a configuração da abordagem qualitativa de pesquisa foi, segundo André (1995), Max Weber ao considerar que o foco da investigação deve se concentrar na compreensão dos significados que os indivíduos atribuem as suas ações. Postula que, para compreender estes significados, é necessário considerar o contexto em que estes sujeitos se inserem. Desta forma, pensar um plano de ação com práticas para que a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga se torne efetivamente inclusiva, precisa ser uma tarefa dos educadores que vivem e atuam no dia-a-dia desse espaço, sendo de singular importância conhecer os significados que os mesmos atribuem a sua prática e aos movimentos mais amplos que influenciam estas práticas, no caso específico desta pesquisa, o como e o que fazer para se tornar efetivamente uma ESCOLA INCLUSIVA.

Na pesquisa em ciências humanas, os objetos de estudo não se constituem em processos externos

(...) mas manifestações da mente. A tarefa do pesquisador nas ciências sociais não é descobrir leis, mas engajar-se numa compreensão interpretativa (...) das mentes daqueles que são parte da pesquisa (SANTOS FILHO, 1995, p. 27).

Aqui o objeto deste estudo se constitui também em sujeito, ou seja, buscou-se, através de fundamentação teórica, refletir em encontros realizados com os professores sobre a escola inclusiva, trabalhando-se a questão da educação especial através dos tempos, a evolução da legalidade da mesma em âmbito internacional, nacional e municipal, a interpretação e compreensão do contexto escolar da EMEF São Luiz Gonzaga e o seu processo de transição da integração para inclusão.

Os encontros com os professores aconteceram na própria escola, em quatro datas (27/03/10; 10/04/10; 17/04/10 e 15/05/10) durante sábados que faziam parte da formação continuada dos professores. Os encontros tiveram duração de 4 horas cada, com intervalos de 30 minutos para o lanche.

No encontro do dia 27/03/10, foi trabalhado com o grupo de professores a questão da Educação Especial através dos tempos e principalmente nos dias de hoje, em especial em nossa escola.

No encontro do dia 10/04/10, foi trabalhado com o grupo de professores os marcos históricos e legais da educação especial em âmbito internacional, nacional e municipal. Neste dia tivemos a participação da coordenadora e responsável pela educação especial do município, a professora Sandra Brena.

No encontro do dia 17/04/10, foi trabalhado com o grupo de professores o histórico da escola com forma de compreensão e interpretação da realidade social, econômica e cultural desse contexto.

No encontro do dia 15/05/10, foi trabalhado com o grupo de professores o processo que aconteceu na escola da transição da integração para inclusão, para adaptações e reestruturações legais.

Ressalta-se que as discussões que envolveram os referidos encontros com os professores foram sistematizadas e constituem o corpo do referencial teórico do presente estudo.

Após os encontros específicos, em outros momentos, durante encontros pedagógicos com todos os professores passamos a reflexão dos obstáculos que se interpõem frente ao processo de inclusão na EMEF São Luiz Gonzaga. A partir das problemáticas identificadas, realizamos a organização e estruturação das ações práticas para a busca da implementação de sua proposta de educação inclusiva.

Nesta perspectiva os seres humanos envolvidos “são ao mesmo tempo sujeito e objeto de investigação nas ciências sociais e o estudo do mundo social é, em essência, o estudo de nós mesmos” (SANTOS FILHO, 1995, p.25). Estando o pesquisador em relação direta com o objeto de investigação (práticas para efetivar uma escola inclusiva), se constitui então, ao mesmo tempo em sujeito e objeto de sua própria pesquisa, contrapondo-se nesta perspectiva, aquela visão dualista de sujeito-objeto inerente a ciência positivista.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Primeiro Encontro: A educação especial através dos tempos

Parafraseando Freitas e Castro [20--] faz-se um histórico da educação especial através dos tempos desde a antiguidade até os dias de hoje, sendo que no decorrer da história pode-se verificar a existência de diferentes abordagens e concepções a respeito da educação especial, se apresentando diversos modelos de deficiência e diferentes representações sobre estas pessoas. Estes modelos não se limitam à educação, mas orientam todas as ações sociais em relação às pessoas com deficiência.

Na antiguidade, principalmente na Grécia Antiga, na qual a perfeição do corpo era venerada, as reações diante das pessoas com deficiência era o abandono, a eliminação ou o sacrifício. Em alguns casos podendo ser mortos ou submetidos a um processo de purificação para livrá-los de maus desígnios.

Assim como a loucura, a deficiência na Antiguidade oscilou entre dois pólos bastante contraditórios: ou um sinal da presença dos deuses ou dos demônios; ou algo da esfera do supra-humano ou do âmbito do infra-humano. Do venerável saber do oráculo cego à “animalidade” da pessoa a ser extirpada do corpo sadio da humanidade. Assim foi por muito tempo, em várias civilizações (ancestrais da nossa). (AMARAL, 1994, p. 14).

Na idade média, sob o respaldo da Igreja, a pessoa com deficiência era vista ou como que expiava um pecado ou como alguém que necessitava de caridade. A deficiência mental era concebida como designo de um ser superior, um castigo, uma culpa, ou ainda como sendo a possessão do corpo pelo demônio. Assim, os deficientes eram tratados de diferentes formas: ora eram rejeitados, ora mereciam piedade; ora eram protegidos ou até mesmo supervalorizados; ora sacrificados ou ainda excluídos do convívio social.

Neste contexto, por um lado, com a difusão do Cristianismo na Europa, as pessoas com deficiência começaram a escapar do abandono. Surgiu o atendimento assistencial, instituições começaram a acolher os desprotegidos, infelizes ou doentes de toda a espécie. Mesmo assim, não tinham consideração para com os

indivíduos que divergiam dos padrões de comportamento considerados comuns na época, pois estas instituições escondiam e isolavam, pois “(...) não sendo ‘parecidos com Deus’, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana” (MAZZOTTA, 1996, p. 16).

Por outro lado, durante a Idade média ainda, o advento do feudalismo veio como novo meio de produção levando a ascensão um outro grupo social – o clero, assim as pessoas que apresentassem alguma deficiência eram associadas ao demônio e, conseqüentemente, tornavam-se vítimas do descaso e da marginalização.

Durante a modernidade, percebe-se a destituição do sistema feudal e, conseqüentemente, o surgimento do sistema mercantil, no qual se fortaleceram as relações entre a burguesia e o estado. Nesse processo, a igreja passou a perder o controle em diversos setores.

Com o advento da filosofia humanista na Idade Moderna, inicia-se a valorização do ser humano. O homem passa a ser entendido como um animal racional, há o surgimento do método científico, iniciam-se estudos em torno das tipologias de deficiências, a concepção de deficiências passa a decorrer do modelo clínico, empregando-se, assim, um caráter patológico, com medicação e tratamento.

Motivados por esses ideários, algumas pessoas começaram a contribuir para o rompimento com as concepções que ligavam a deficiência ao misticismo. Assim, essa concepção passou a relacionar-se com o aspecto médico-pedagógico. Buscaram-se as causas das deficiências, incorporando a essa pesquisas um caráter científico. Nessa perspectiva, procurou-se normalizar as pessoas com deficiência.

Segundo Sousa (2002)

a normalização iniciou-se na Dinamarca, em 1950, tendo sido contemplado na legislação desse país em 1959. Baseia-se na idéia de que indivíduos com deficiência têm direito de usufruir de condições de vida o mais normais possível, o mais similares às condições das outras pessoas. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem. (SOUZA, 2002, p.35)

Segundo Carmo (1998) esse princípio dissemina a idéia da possibilidade de igualar o desigual.

Na idade contemporânea, marcada pela Revolução Francesa, pela Revolução Industrial, pelas guerras mundiais, pelas guerras no território nacional,

entre outros eventos históricos marcantes, a pessoa com deficiência precisava tornar-se produtiva para a sociedade. Assim como na modernidade, ela necessitava ser normalizada ou receber treinamentos para executar algumas atividades no mercado de trabalho.

No Brasil, somente no século XIX que alguns cientistas, inspirados nas experiências desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, iniciam a organização de serviços para o atendimento de pessoas com deficiências. Assim, passa a haver a preocupação com esse tipo de educação, ainda que em instituições segregacionistas.

A sociedade em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais (SASSAKI, 1999, p. 16).

Em análise a outros referencias coloca-se que Mazzotta (2001) destaca dois períodos da educação especial no Brasil:

1º) de 1854 a 1956 – iniciativas oficiais e particulares;

2º) de 1960 em diante - iniciativas oficiais de âmbito nacional.

Nesse contexto, a educação especial, na política educacional brasileira, tornou-se mais presente no final de 1950 e início de 1960, época que se caracterizou pela democratização da educação básica as pessoas com necessidades educacionais especiais, acarretando uma demanda de matrículas escolares, bem como criação de classes especiais e de apoio.

Esse cenário da educação no Brasil foi decorrente de um movimento de diferentes países na década de 60, favorável à integração educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, para reivindicar condições educacionais satisfatórias para todos dentro da escola regular e sensibilizar os professores, pais e autoridades civis e educacionais, com base em critérios de justiça e igualdade.

Segundo Santos (1995), os movimentos em torno dos direitos da cidadania culminaram, no final da década de 60 e durante a de 70, em iniciativas legais na maior parte dos países da Europa Ocidental:

Tais iniciativas se deram no sentido de se colocar em prática esses ideais democráticos de inserção de indivíduos na sociedade. A maioria das leis

educacionais formuladas nessa época terá como ponto central a transferência dos indivíduos até então considerados “excepcionais” dos serviços de saúde e assistência social para o setor educacional. (SANTOS, 1995, p. 23).

Na Educação Especial brasileira, nas décadas de 70 e 80, um aspecto notável, marcadamente presente em muitas discussões apaixonadas acerca da integração, foram as críticas a recursos e modalidades de atendimento, interpretados como sendo segregativos, o que gerou até proposta de sua eliminação.

Já na segunda metade da década de 1980, vivemos, no país, o processo de mobilização em torno da Constituinte e aprovou-se a nova Constituição do país. Nos movimentos sociais da época destacou-se também a luta pelos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, com alguns ganhos políticos que se refletiram em vários dispositivos constitucionais referentes à saúde, à educação e à assistência.

Na década de 1990 o Brasil é signatário de documentos oriundos de reuniões internacionais, dentre eles, a Declaração de Jomtien (1990) que preconiza a educação para todos e a Declaração de Salamanca (1994) que destacam a educação de pessoas com deficiências no ensino regular; desencadeamento das reformas nas políticas públicas de saúde, educação, trabalho e assistência social;

Seguindo, em 1996, a LDBEN 9394/96 vem para preconizar a educação de pessoas com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino.

E é neste contexto que muitas contradições acontecem, principalmente no que se refere a conceitualização de termos que fazem parte das discussões acerca da educação especial atualmente, dentre eles os termos integração e inclusão.

Trazendo para o estudo a questão da integração e da inclusão, ambas têm sido o eixo das discussões em congressos, seminários, eventos e publicações na área da educação especial e educação por estudiosos e pesquisadores, tanto em nível nacional, quanto internacional. Fazendo uma análise sobre esses temas podemos identificar alguns pontos de similitude e de diferença entre eles.

Quanto à origem, verificamos que a integração surge em 1970, como um movimento que visava acabar com a segregação, favorecendo a interação entre alunos com deficiência e alunos considerados “normais”. Exatamente como coloca Santos anteriormente para esse período. Esse movimento, que teve início nos países escandinavos, se solidificou nos Estados Unidos e se expandiu,

posteriormente, por toda a Europa. O princípio da inclusão, por sua vez, teve início nos Estados Unidos, também nos anos 70, mais especificamente em 1975, e demarcou a chamada escola inclusiva, com a Lei Pública 94.142 (MRECH, 1998).

Em relação aos termos integração e inclusão, constatamos que apresentam significados semelhantes no dicionário da língua portuguesa. “A integração é definida como uma ação ou política que visa integrar em um grupo as minorias raciais, religiosas, sociais, e o ato de integrar implica juntar-se, tornando-se parte integrante; reunir-se, incorporar-se” (FERREIRA, 2001, p.394). “Incluir figura como inserir e introduzir e inclusão, como o ato ou efeito de incluir” (FERREIRA, 2001, p. 380). Assim, as definições dos dois termos contidas no dicionário não apresentam diferenças significativas. Ambas remetem à idéia de inserção e junção.

Contudo, verificamos, a partir da revisão de literatura, que, apesar de não existir uma única definição a respeito do que vêm a ser integração e inclusão, alguns aspectos são elucidativos de seus significados mais atuais que trazem ambos como ideologias que têm direcionado as políticas educacionais. A integração influenciou a educação especial, e a inclusão a educação de uma forma geral; o termo inclusão não é específico da educação especial, o termo integração, sim; o termo da integração apresenta como pressuposto ideológico que todos somos iguais e por isso podemos estar juntos. Na inclusão o princípio básico é que todos somos diferentes e devemos conviver com as diferenças.

No que diz respeito à perspectiva da escola e da educação, constatamos que, para a integração, o que se pretende é inserir o aluno com deficiência no sistema de ensino, o que pode ocorrer em classes especiais ou classes regulares, com apoio especial (por exemplo: salas de recurso ou de apoio; professor itinerante, etc.), centrando-se no aluno a necessidade de se adaptar a escola. A proposta da inclusão não se restringe aos alunos com deficiência. A perspectiva é que todas as pessoas tenham garantidos os direitos de acesso à permanência na educação escolar, chamando a escola a reconhecer que muitas vezes ela própria causa barreiras de aprendizagem para os seus alunos, sendo necessário adaptar-se para atender as necessidades de aprendizagem que constituem seu alunado.

No paradigma que determina a inclusão escolar, a educação especial tem outra significação, deixa de ser o especial da educação, paralela ao ensino comum, para se constituir imbricada ao ensino comum, na própria constituição do sistema geral de educação, buscando de promover o ensino de qualidade a todos os alunos.

Entendemos que as transformações necessárias para que a inclusão aconteça implicam mudanças radicais em nossa forma de organização social. Essas mudanças, por sua vez, estão relacionadas com uma nova visão de homem, mundo e sociedade, em que o respeito às diferenças ultrapasse o discurso e as políticas governamentais e se materialize em nossas diferentes formas de produção e relações sociais.

3.2 Segundo Encontro: como construir uma escola inclusiva

Conversas, estudos, análises e discussões sobre a escola inclusiva, com certeza, não são mais novidade nas escolas regulares de ensino, mas a pergunta que geralmente se faz é como se constrói esse processo em nossas escolas? Estamos preparados para essa nova realidade? Que desafios precisam ser enfrentados para que a inclusão efetivamente aconteça? Como fazer para garantir que alunos com necessidades educacionais especiais possam se matricular, freqüentar e participar de forma efetiva de todas as atividades da escola regular compartilhando do dia-a-dia desse espaço? E principalmente como acolher esses alunos respeitando as diferenças e oferecendo respostas as diferentes necessidades educacionais?

Como ponto de partida para essas respostas se faz necessário pontuar marcos históricos e legais tanto no âmbito internacional e principalmente nacional e municipal, no que diz respeito a educação especial.

3.2.1. Âmbito internacional

Em âmbito internacional, como principais documentos estão a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que de maneira geral assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação

fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade.

Tempos depois ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos que culminou na elaboração da Declaração de Jomtien (1990, p.3), a qual relembra que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”, sendo um compromisso dos países signatários, dentre eles o Brasil, de erradicar o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental.

Quatro anos depois da Declaração de Jomtien foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (NEE), da qual resultou a Declaração de Salamanca (1994) que trata sobre o acesso e a qualidade da educação e as NEEs. O Brasil comprometeu-se com o alcance dos objetivos propostos, que visam a transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos.

Em 1999 surgiu a Convenção da Guatemala, também denominada de Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. A partir dessa convenção, os Estados partes reafirmaram que

as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (CONVENÇÃO DE GUATEMALA, 2001, p.1)

A partir das reflexões em torno do direito de todos à educação, esses documentos foram produzidos e precisam ser citados, pois contêm normas e acordos internacionais sobre a necessidade de uma educação de qualidade para todas as pessoas. E grande parte deles teve o Brasil como país signatário e exerceram e exercem grande influência na elaboração de políticas públicas educacionais em nosso país.

3.2. 2 Âmbito Nacional

Tratando-se do âmbito nacional, partimos da Constituição Federal (1988), a qual assumiu formalmente os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os municípios foram contemplados com autonomia política para tomar as decisões e implantar os recursos e processos necessários para garantir a melhor qualidade de vida para os cidadãos que nele residem.

Para contemplar direitos às crianças e aos adolescentes cria-se em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual em seu artigo 3º dispõe que

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 1990, Art. 3º)

Em 1994 cria-se a Política Nacional de Educação Especial (1994, p.19) orientando o processo de “integração institucional” que condiciona o acesso às classes comuns de ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

Em 1996 segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passou a ser responsabilidade dos municípios formalizar a decisão política e desenvolver os passos necessários para implementar, em sua realidade sócio-geográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Em 1999 é sancionado o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o qual estabelece a matrícula compulsória de pessoas com deficiência, em cursos regulares, a consideração da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e modalidades de ensino, a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, dentre outras medidas.

Em 2001 é sancionado o Decreto nº 3.956, que promulga a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiências. Ao instituir esse Decreto, o Brasil comprometeu-se a trabalhar prioritariamente nas seguintes áreas: prevenção de todas as formas de deficiência; detecção e intervenção precoce, tratamento,

reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência de vida as pessoas portadoras de deficiência; sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência.

Ainda em 2001 criam-se as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Esta resolução representa um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco da atenção à diversidade, na educação brasileira, quando ratifica a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos e assim declara

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (RESOLUÇÃO Nº 02, 2001, Art. 2º)

Cria-se em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual tem como objetivo o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, tendo garantias para esse atendimento.

Também em 2008 sanciona-se o Decreto nº 6.571 que cria e orienta o Atendimento Educacional Especializado para alunos com NEEs.

Em 2009 entra em vigor a Resolução Nº 04 do Conselho Nacional de Educação o qual, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

3.2. 3 Âmbito Municipal

Tratando-se do âmbito Municipal, em 2006 é criada a Resolução Nº 06 do Conselho Municipal de Educação de Passo Fundo, o qual fixa normas para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino

No ano de 2008 com a sanção do Decreto nº 6.571, que cria e orienta o Atendimento Educacional Especializado para alunos com NEEs o município passa a trabalhar para a estruturação desse atendimento na rede municipal de ensino.

Nesse sentido, em 2009, cria-se a Resolução Nº 14 do Conselho Municipal de Educação de Passo Fundo regulamentando o atendimento na modalidade de Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado e itinerante nas Escolas Municipais de Passo Fundo.

Todos esses documentos dos diferentes âmbitos (Internacional, Nacional e Municipal) foram criados e tem uma funcionalidade impar, servem exatamente para orientar os procedimentos que podem e devem ser adotados para o ensino aos alunos com necessidades educacionais especiais dentre eles: adaptações curriculares e as de acesso ao currículo, ajustes que muitas vezes são necessários realizar no planejamento escolar e no planejamento pedagógico para responder às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Esses documentos, com certeza não mudam toda a história da educação desses alunos em nosso país, mas com certeza ajudam a orientar a implementação de todos os procedimentos a serem adotados para a educação de alunos que apresentem NEEs, definindo claramente quem é responsável por cada etapa desse processo de construção da escola inclusiva, de forma a assegurar a esses alunos todas as condições necessárias para uma educação de qualidade.

Com todo esse contexto e por já ter uma caminhada na busca da superação de obstáculos que se interpõem na construção da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, se faz necessário apresentar o histórico e posteriormente a trajetória da referida escola na busca de uma educação inclusiva de qualidade.

3.3 Terceiro Encontro: Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga – um pouco de sua história

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea.

Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados. (ABRAMOWICZ, 1997, p.168).

A autora citada possibilita iniciar este item tecendo alguns comentários a respeito da escola e, em consequência da educação. Afirmando “a escola não pode tudo, mas pode mais” reafirma o valor desta instituição na constituição dos sujeitos que a frequentam, ao mesmo tempo em que reconhece que a escola não é o único espaço destinado a educação, pois ela inicia juntamente com a vida de uma criança. Também nos faz pensar que a escola “não pode tudo” porque está situada em um contexto mais amplo do qual certamente, recebe influências, assim como influencia o contexto.

Pensando nisso e buscando compreender um pouco mais da realidade escolar da EMEF São Luiz Gonzaga, se fez necessário trazer presente sua história e seu contexto, pois a mesma confirma que dentro desse paradigma a escola não pode tudo, mas pode mais.

Tudo começa pela história de Narciso Vieira D'Ávila, que nasceu no 3º Distrito de Lagoa vermelha, onde hoje é o município de André da Rocha, no dia 21 de maio de 1904.

Narciso residiu em diversos municípios e trabalhou em diferentes profissões no decorrer de sua vida. No ano de 1948, no município de Passo Fundo-RS adquiriu uma área de terras onde hoje é o Bairro São Luiz Gonzaga. Em 1961 o mesmo fez uma doação de parte de suas terras, criando assim o Bairro São Luiz Gonzaga. Dentre as terras doadas, constava o terreno onde hoje se constitui a escola, que embora tenha sido construída em meados de 1961, teve seu Decreto de Criação em três de março de 1977, e a Autorização de Funcionamento em 12 de março de 1977, mas a inauguração oficial aconteceu somente no mês de agosto deste mesmo ano.

No ano de 1995, passa a ser Escola de Turno Integral, sendo que a partir desta mudança foi denominada de CIEP São Luiz Gonzaga, com amplas e novas instalações.

Hoje denominada de Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, descaracterizando-se como atendimento de turno integral, mas caracterizada também por oferecer a EJA e ser uma escola inclusiva.

No bairro as primeiras casas foram construídas em 1963. Narciso Vieira D'Ávila mudou-se para Porto Alegre em 1973 e em 1º de junho de 1979, faleceu aos 75 anos.

Narciso Vieira D'Ávila foi um profissional competente e consciente de seus deveres, participante em sua comunidade, preocupado com os problemas sociais, atento aos acontecimentos políticos nacionais e internacionais.

Conforme já exposto a EMEF São Luiz Gonzaga teve em sua constituição a corroboração de bem feitos que, preocupados com a dinâmica sócio-educativa, expuseram bens (terrenos) particulares para fins comunitários.

No início o bairro era constituído por militares e suas famílias, mas logo passou a contemplar migrantes das mais diferentes áreas, facilitados pela estrada de ferro que passava na cidade trazendo trabalhadores de várias regiões e etnias, favorecendo a miscigenação cultural.

Esse aumento populacional gerou a necessidade de construção de uma escola, visto que já havia uma área destinada para esse fim, fundou-se então a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga.

A população do bairro São Luiz Gonzaga, atualmente, consta de aproximadamente 1.300 famílias, cerca de 6.000 pessoas, onde predominam crianças e mulheres.

Nossa escola, por conter um grupo de professores qualificados que possuem como característica a postura crítica, está sempre com olhares atentos à realidade que nos cerca. Por esta razão, uma ação metodológica que ocorre em nossa prática educativa, é tomar conhecimento da realidade, dentro da idéia de que somente quando nos apropriamos do real, é que temos possibilidade de mover ações para buscar transformá-la. As ações devem ser sobre a realidade, já que é esta que objetivamos transformar, como escola.

Em razão disso, trimestralmente nossa escola realiza visita às famílias. Os professores saem para as conversas com as famílias e apego à realidade.

A escola está contemplando as expectativas que as famílias colocam sobre ela? Essas e outras questões são debatidas após as visitas, em especial frente à realidade observada, ao descaso, a pobreza, a miséria. Nos questionamos será que essa situação alimenta o desinteresse dos alunos e das famílias frente à escola e ao estudo? Em cima de tudo isso a escola se movimenta para uma proposta de

educação voltada para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Os aspectos sociais presentes no Bairro São Luiz Gonzaga, desde a sua localização, propicia uma diversidade de culturas muito grande. Os problemas econômicos, que a maioria da população possui, os problemas de saneamento básico, devido à falta de planejamento estrutural e à, falta de planejamento familiar, entre outros. Esses fatores fazem com que as pessoas que freqüentam a escola, tragam, para o convívio escolar, muitas dificuldades que influenciam o seu aprendizado e conseqüentemente, tornam o trabalho dos professores ainda mais desafiador.

Também, por nossos alunos passarem por sérias dificuldades sociais e familiares torna-se alto índice de crianças com doenças que chegam à escola. Muitas famílias que fazem parte da comunidade educativa, não possuem condições básicas de sobrevivência, agravando o fator colocado anteriormente, e pela falta de emprego, buscam manter suas famílias a partir do trabalho informal, principalmente com a “cata de material” para reciclagem. A idéia de assistencialismo é buscada por muitos na escola no momento em que a merenda se torna o fator mais importante, deixando a aprendizagem em segundo plano.

As dificuldades econômicas, a violência presentes no bairro, são fatores que contribuem para que a idéia de uma mera assistência, feita pela escola, seja cada vez mais forte.

As famílias através do contexto cultural em que vivem, estimulam várias condutas nos alunos, tais como: desrespeito às regras, horários, hábito de mentir, de brigar na rua, etc. Sabe-se que muitas crianças são criadas pelos avós, tios, irmãos mais velhos e alguns dormem em albergues. Quando vivem com os pais, estes trabalham o dia todo e os filhos ficam sozinhos em casa, inclusive quando o trabalho for noturno. Essa falta de contato familiar e da referência do pai e da mãe, tão importantes no desenvolvimento psicológico e afetivo da criança, em muitos casos desencadeia problemas sérios de relacionamento com os colegas de turma que influenciam no crescimento intelectual.

Os problemas familiares possuem outro fator negativo: a presença dos pais e familiares presos ou envolvidos com drogas e outros tipos de violência. Muitas crianças acabam sendo criadas por outras famílias que são estranhas e acabam não tendo um acompanhamento adequado. Além desses problemas que envolvem os

familiares presos, a presença do Presídio e do CASE colaboram nos aspectos negativos. Consciente ou inconscientemente essa presença incomoda.

Esses fatores sociais que envolvem o Bairro São Luiz Gonzaga, fazem da escola um dos poucos sinais positivos para as crianças e uma esperança aos familiares para que seus filhos possam projetar um futuro melhor. Diante desse desafio sentido pelos professores, muitos projetos de trabalho foram implantados para buscar sanar essas necessidades e buscar desenvolver uma educação qualificada.

A falta de opção de lazer presente na comunidade, faz com que a escola ofereça oficinas (teatro, dança, artes manuais, escolinha de futebol e vôlei), na tentativa de suprir a necessidade de uma ocupação, evitando a ociosidade e o envolvimento com a marginalidade, sendo o bairro um grande foco de tráfico de drogas.

A partir da instalação do laboratório de informática, criou-se a possibilidades de inclusão digital na comunidade escolar. O objetivo principal é oportunizar à Comunidade Escolar a inclusão digital através da experimentação, interação, reflexão, criação, construção de novos conhecimentos, do refletir e socializar práticas diferenciadas através da utilização da informática educativa. Essa é uma forma de desenvolver um ensino de maior qualidade, sendo um diferencial para a escola.

3.4 Quarto Encontro: A busca pela escola inclusiva - São Luiz Gonzaga

A educação começa a ter mudanças, surgem novas propostas de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas a EMEF São Luiz Gonzaga já trabalhava e caminhava em benefício desses estudantes.

No decorrer dos anos foi-se percebendo que havia uma grande diversidade de dificuldades de aprendizagem nos alunos da escola e um número elevado de alunos que repetiam por diversas vezes a mesma série por reincidência de evasão e por repetência. Com esses fatores surgiu a proposta de criar turmas para atendimento especial voltadas a esses alunos.

Os professores que trabalhariam com esses alunos inicialmente foram escolhidos por seus perfis profissionais e ao mesmo tempo, por estarem dispostos a enfrentar esse novo desafio.

Para que a proposta inicial se efetivasse, iniciaram-se os trabalhos para serem estruturadas as turmas para atendimento especial, as quais tinham como um de seus objetivos proporcionar a esses alunos um ambiente acolhedor.

As turmas começaram a ser estruturadas após um período de testes/diagnósticos onde foram verificados o nível cognitivo dos alunos, bem como a comparação entre a idade mental/biológica dos alunos. O teste utilizado para realizar essas análises foi o de Goodnuph, o qual foi elaborado para avaliar de forma sistemática os desenhos infantis. Foi publicado em 1926 por Goodenough e pretendia examinar o desenho da figura humana como medida de avaliação do desenvolvimento mental. O principal pressuposto de Goodenough era, em termos gerais, que a forma como a criança desenhava o "homem" revelava como a sua mente percebia ou concebia o ser humano do sexo masculino, desta forma manifestando a sua maturidade intelectual. Não é considerado um teste projectivo, mas sim cognitivo, já que não avalia a dinâmica da personalidade. É um instrumento bastante frequente nos processos de avaliação psicológica, pois proporciona uma fidedignidade da avaliação cognitiva infantil em termos conceituais.

Com a aplicação do teste, os resultados foram determinantes na constituição das turmas. Também foram incluídos nessas turmas alunos rotulados e alunos indicados por seus professores como repetentes, e com defasagem em relação idade e série. Todos foram reestruturados de acordo com suas necessidades e nível cognitivo, formando-se as turmas que não tinham mais do que 15 alunos.

Estruturou-se uma proposta de trabalho para essas turmas nominadas "Classe de atendimento especial", totalmente voltada ao afetivo, ao lúdico, com atividades prazerosas evidenciando a arte-educação, ao resgate da auto-estima, ao desenvolvimento das habilidades e potencialidades apresentadas por esses alunos nos níveis (social, físico, mental, cognitivo e afetivo), trabalhando também regras e limites tudo isso, com o propósito de criar situações desafiadoras e desequilibradoras, buscando desvelar o não aprender, retirando as máscaras e os rótulos dessas crianças que comprovadamente possuíam potenciais dificuldades escolares.

Todo o processo de estruturação dessas turmas contou com o trabalho também de uma equipe disciplinar dos quais fizeram parte os professores que iriam ser titulares dessas turmas, equipe de estagiários do curso de Psicologia da Universidade de Passo Fundo, professores da parte diversificada do currículo (filosofia, inglês, leitura e compreensão textual e recreação orientada), os profissionais da orientação escolar, setor de triagem do Centro Municipal de Atendimento ao Educando – CEMAE - (neurologista, fonoaudiólogo, pediatra e oficina pedagógica) e a frente do trabalho a direção e coordenação pedagógica da escola.

O objetivo geral desse trabalho era proporcionar aos estudantes com necessidades educacionais especiais, dificuldades sérias de aprendizagem, com histórico de evasão e repetentes um trabalho diferenciado onde especificadamente iria possibilitar ao educando mecanismos que lhes oferecessem condições para caminhar além de seus limites, para se tornarem mais confiantes em si mesmos, aprendendo a se conduzir, que se sentissem compreendidos e aceitos como tal no meio em que interagiam, que adquirissem comportamentos necessários para atuarem em grupo, que expressassem seus conhecimentos, que desenvolvessem a coordenação dos movimentos, agilidade, destreza, resistência física e flexibilidade e principalmente que despertassem o gosto em voltar a aprender.

Com o andamento do trabalho começaram a surgir angústias e muitas dúvidas por parte dos professores que atuavam nessas classes, as principais diziam respeito a reprovação ou aprovação desses alunos para a série seguinte, e principalmente, o como avaliar esses alunos, pois este processo estava sendo realizado de forma diferenciada e era preciso esse tipo de avaliação.

Com isso foi necessário a adoção de critérios e pré-requisitos que precisavam ser alcançados em uma série pelo aluno para ser aprovado para a seguinte. Essa forma de trabalho apresentou resultados positivos. Assim que os objetivos fossem alcançados e após os alunos serem avaliados de forma positiva frente ao apresentado de quando iniciaram nas classes de atendimento especial, eles eram reintegrados as classes regulares de ensino.

Esse trabalho teve seu auge, mas aos poucos notou-se que os critérios de encaminhamento dos alunos tiveram outro direcionamento e os objetivos iniciais passaram a ser desconsiderados e confundidos. As turmas passaram a ser estruturadas com alunos indisciplinados, lentos com dificuldades de relacionamento,

entre outros, com isso, o trabalho com as turmas das Classes de Atendimento Especial da EMEF São Luiz Gonzaga precisaram ser reestruturadas e principalmente repensadas.

Quando essa reestruturação iniciou, surgia no cenário nacional uma nova política para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais e a escola nesse momento precisou adequar-se a nova legislação e as novas políticas para esses alunos. Nesse momento a escola voltou-se para novas propostas.

Contextualizando o referido cenário nacional, de acordo com Fávero (2007) a nossa Constituição Federal elegeu como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV).

Garante ainda, expressamente, o direito à igualdade (art. 5º) e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito a TODOS à educação. Esse direito deve visar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205).

Além disso, elege como um dos princípios para o ensino, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inc. I), acrescentando que o “dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, V).

Portanto a Constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Toda a escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela.

O advérbio “preferencialmente” constante na Constituição Federal art. 208, inciso III, refere-se a “Atendimento Educacional Especializado”, que necessariamente, diferente do ensino escolar que é indicado para melhor suprir as necessidades e atender às especificidades dos alunos com deficiência. Que esse atendimento seja também oferecido fora da rede regular de ensino, em outros estabelecimentos.

O direito ao Atendimento Educacional Especializado previsto nos artigos 58, 59 e 60 da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96) e também na Constituição Federal, não substitui o direito à educação (escolarização)

oferecida em turmas comuns da rede regular de ensino. Nessa perspectiva, busca-se defender um novo conceito para a Educação Especial, pois a mesma sempre foi entendida como capaz de substituir o ensino regular.

A tendência atual é que a escola garanta a todos os alunos com necessidades educacionais especiais o acesso à escola comum, removendo barreiras que impedem a sua frequência às turmas comuns do ensino regular. A Educação Especial passa se constituir como uma modalidade de ensino que perpassa como complemento ou suplemento, todas as etapas e os níveis de ensino básico e superior, no sentido de disponibilizar recursos e serviços que possam contribuir para a equiparação de oportunidades.

A escola que adota a educação inclusiva está buscando garantir o cumprimento do direito constitucional indispensável à qualquer criança de acesso ao Ensino Fundamental, bem como ao jovem e ao adulto através da EJA, já que pressupõe uma organização pedagógica destas escolas e contempla práticas de ensino que atendam às diferenças entre os alunos, sem discriminação indevidas, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na pluralidade.

A inclusão é um desafio para toda e qualquer escola que ao ser devidamente enfrentado, provoca a melhoria da qualidade da educação de forma geral, pois para que os alunos com e sem deficiência, possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças.

A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência. (MANTOAN, 2007, p. 25).

Conforme nos orienta a citação acima, vemos que a educação inclusiva não se fundamenta em ato linear e sim, contínuo onde são os aprendizes que tecem as redes de relações que orientam a prática educacional. Neste sentido, o ambiente educacional propõe a não discriminação e a não rotulação, onde habilidades possam ser ampliadas, respeitando as possibilidades de cada aluno.

Com base nesse contexto a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga iniciou seu processo de inclusão e reestruturação dessas turmas

colocando os alunos nas classes regulares bem como recebendo mais alunos com necessidades educacionais especiais.

Nós educadores sabemos o quanto nossos alunos, tendo ou não, deficiência, são diferentes uns dos outros. Têm sua história de vida, de aprendizagem, suas características pessoais e suas necessidades específicas.

Mas como atender essa diversidade? Partimos do pressuposto que um dos pontos essenciais desse processo de ajuste nas escolas é a interação entre as necessidades educacionais do aluno e as respostas educativas dadas pelo sistema educacional, obtidas através da organização das escolas para o atendimento desse aluno.

Com isso, pode-se dizer que já estamos acostumados a conviver na diversidade, só é preciso desfazer alguns mitos que foram sendo criados em nossa história política educacional para podermos verdadeiramente aprender acolher e atender todas as diferenças que convivem dentro da escola. Esse foi o ponto de partida para o desenvolvimento deste estudo.

3.4.1 Inclusão: paradigma e conceitos

A educação tem hoje o grande desafio de ressignificar suas práticas frente a uma realidade social e educacional excludente. Para tal, a abordagem designada por Educação Inclusiva se tornou temática fortemente presente e que vai se definindo e se estruturando no cotidiano educacional.

A Educação Inclusiva se origina a partir de uma dimensão dialética por considerar a educação como prática de inclusão social. Dessa forma, pensar na educação dos alunos com necessidades educacionais especiais se constitui em uma tarefa que precisa ser feita de forma contextualizada e considerando que estes sujeitos têm uma existência social em constante interação com o mundo da vida.

A inclusão, entendida como processo que expressa a lutas travadas para que estes indivíduos sejam considerados participantes da sociedade, surgiu nas roupagens da integração, ao final dos anos 60

com a disseminação do princípio de Normalização entendida como possibilidade que deve ser dada a estas pessoas de vivenciar experiências as mais próximas possíveis das que fazem parte do cotidiano normal da vida humana (GUHUR, 2003, p. 40).

Na tentativa de conceituar a inclusão, alguns autores como Carmo (2001), Mantoan (1988, 1994), Mazzota (1982), Sassaki (1997), Fonseca (1987) nos trazem as várias faces deste movimento.

Inclusão provém do verbo incluir que significa compreender, fazer parte de, ou participar de. Nesta perspectiva a inclusão se refere ao direito de todos os sujeitos participarem da vida em sociedade, fato que hoje já ocorre, em especial nas escolas regulares de ensino.

Inclusão significa também um movimento voltado para o atendimento das necessidades do sujeito referindo-se a uma ideologia da sociedade onde o princípio fundamental é a valorização da diversidade. O que acontece é que o processo é lento e requer uma transformação nas ideologias presentes na sociedade que ainda tem como princípio fundamental a homogeneidade. Dessa forma a inclusão requer mudanças.

De acordo com Mrech (1999) na inclusão um dos objetivos é que o aluno com deficiência desenvolva suas potencialidades em um ambiente menos restritivo, contando com o auxílio de suportes necessários. Privilegia-se então o conceito de deficiência baseado no modelo social e não mais aquele baseado no déficit que a deficiência acarreta para estes indivíduos. Assim sendo, compreende-se que a

deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2007, p.14)

No momento atual, também chamado de era dos direitos, como estruturado anteriormente, pensa-se diferentemente acerca das necessidades educacionais especiais com vistas a romper com uma ideologia de exclusão há muito cristalizada em sociedades ocidentais. A política da inclusão vem sendo debatida e exercitada em diversos países, dentre eles, o Brasil, respaldada pela Constituição Brasileira (1988), pela Conferência Mundial de Educação para Todos em Jontiem (1990), pela Declaração de Salamanca (1994) e a LDBEN. Todos estes documentos preconizam o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais

preferencialmente em classes comuns das escolas, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Desta forma, o processo de inclusão levou as pessoas a estarem mais atentas às discussões com relação aos direitos dos cidadãos, assim sendo, a inclusão vai convidando a todos a repensar a escola. Nas palavras de Proust “uma verdadeira viagem de descoberta não é procurar novas terras, mas ter um olhar novo”. O paradigma da inclusão oferece a possibilidade de olhar a escola com outros olhos, menos preconceituosos e mais esperançosos em direção a uma sociedade democrática, de fato.

De acordo com os Referenciais para a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos elaborados pelo MEC (2004, p.43) a “escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno a quem serve, respeita suas peculiaridades e necessidades, e a elas responde com qualidade pedagógica”. Esta escola almeja respeitar o direito, que todo indivíduo tem, à inclusão, sendo que a educação a eles destinada deve ser alicerçada em alguns princípios como: a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania.

Pode-se perceber que, no meio educacional e social ainda está muito presente a idéia da deficiência quando se fala de inclusão, sendo que neste sentido, pode haver a compreensão de que somente os alunos com deficiência seriam alvo de inclusão. Mas, o processo de inclusão envolve todos alunos com necessidades educacionais especiais, assim compreendidos

(...) além das crianças com deficiência aquelas que estão experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estão repetindo continuamente o ano escolar, as que são forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas ou que moram distantes de qualquer escola, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerras e conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais ou sexuais, ou que estão fora da escola, por qualquer motivo que seja (SANTOS, 2000, p.36).

É importante destacar que tentando delimitar o alunado da Educação Especial neste universo de necessidades educacionais especiais que compõem as escolas inclusivas, o MEC apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.15). Este documento apresenta como público alvo da Educação Especial “os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”.

Vista por este norte a inclusão se torna um processo muito mais complexo por envolver além das questões educacionais, as questões de ordem social, cultural, econômica e familiar. Assim, a escola não se reduz ao único espaço onde se produzem e se acentuam as dificuldades dos alunos, mas a sociedade, marcada por desigualdades se torna também responsável pelos inúmeros fracassos e injustiças a que as crianças são submetidas no decorrer de suas vidas. Desta forma para que se possa pensar a respeito da inclusão é necessário considerar os determinantes sócio-históricos que fazem parte do desenvolvimento das sociedades.

Por este prisma, muitos sujeitos que estão nas escolas, e fora delas, deveriam estar recebendo um olhar particularizado, pois as necessidades a serem consideradas vão muito além das deficiências. A inclusão escolar, percebida como um projeto mais amplo tem sido um processo que, considerada a sua natureza de ação diversificada e não-fragmentária tem exigido que a discussão teórica também ultrapasse os muros da educação especial se estendendo a educação em nível geral.

Nessa perspectiva, se faz necessário compreender a realidade, como trouxe o texto anteriormente, para se agir em favor dela dentro do processo da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que “a educação é o alargamento do horizonte intelectual” (MARQUES, 2006, p.70) de todo sujeito que se propõe a tarefa educativa, pode-se dizer que o objetivo deste trabalho se efetivou de forma muito significativa, pois oportunizou ao grupo de professores envolvidos nesse processo, momentos ricos de reflexão a cerca de suas práticas, enquanto educadoras como um todo e dos saberes pertinentes a esta profissão que tem sido alvo de críticas em meio as novas determinações desencadeadas pelo paradigma da Educação Inclusiva.

Penso que temos um grande desafio pela frente referente à conscientização da sociedade de que as limitações impostas pelas deficiências não significam necessariamente impedimentos, sendo que estes são construídos pela própria sociedade a partir das normas e dos estereótipos que cria para os sujeitos que passam a ser estratificados em categorias, tendo assim seu desenvolvimento prejudicado. Desta forma, responsabilizar a escola ou os próprios sujeitos consiste em um grande equívoco oriundo dos ideários modernos.

Neste sentido, Skliar (1999) pontua que:

Em todas as definições e indefinições sobre inclusão/exclusão aparece sempre a idéia de que se trata de uma propriedade ou carência do indivíduo, de ser possuidor ou não de alguns atributos fundamentais considerados necessários para a escolarização, a profissionalização, a inserção no mercado de trabalho, etc. Os documentos oficiais traduzem muitas vezes as relações entre inclusão e exclusão em termos de irresponsabilidade individual e não como um processo cultural, social e relacional. (SKLIAR, 1999, p. 13)

A educação, contribuindo para a disseminação do conhecimento tido como legítimo sob uma determinada ideologia, sustenta uma visão de escola como uma instituição universalizadora com base em ideais unificadores, ou seja, a escola moderna “tende a sublinhar ou, pelo menos, tem como pressuposto aspectos uniformes e universalizadores da cultura dominante” (GOERGEN, 2001, p. 60). Assim, são descartados todos os possíveis riscos que venham a impedir a ordem e a uniformidade defendidas e, neste quadro de riscos estão aqueles sujeitos produzidos pela modernidade, ou seja, aqueles que não se enquadram nas categorias criadas para definir quem são os incluídos.

O que se pretende com essas colocações é pontuar que a modernidade, com seus pressupostos, criou uma massa de sujeitos descartáveis e agora cabe a escola dar conta destes indivíduos tidos como desviantes das normas pré-estabelecidas.

De acordo com Arnold (2006) a escola se tornou o lugar onde os indivíduos são vistos como sujeitos da aprendizagem, no uso da razão. Esta razão, símbolo do pensamento moderno, constitui-se elemento essencial na formação de homens livres, emancipados e críticos. Assim, a lógica presente na escola está comprometida com a produção de sujeitos preparados e aptos para uma atuação produtiva. Entretanto ocorre que nem todos os sujeitos apresentam as condições de exercer as funções exigidas para poder estarem incluídos neste sistema, como é o caso dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, dentre tantos outros que, por vários motivos, também não conseguem manter-se incluídos numa sociedade altamente competitiva e individualista como esta que nos é apresentada.

Isto posto, há de se pensar no lugar que estes indivíduos ocupam nesta sociedade, qual é o espaço que lhes é reservado para que possam desenvolver suas capacidades. Durante os encontros com o grupo ficou evidente que a escola precisa se constituir como um desses espaços, acreditam que é na escola, com todos os outros colegas e dentro de uma perspectiva inclusiva que a diferença não será vista como um problema, mas como possibilidade de enriquecimento e de aprendizagens, que os alunos com necessidades educacionais especiais não possuem déficits de aprendizagem, mas aprendem de uma forma peculiar e em tempo diferenciado.

Mas para que isso aconteça, não será o espaço físico e ideológico que determinarão a aprendizagem dos alunos com NEEs, mas um olhar que privilegie suas possibilidades, bem como práticas educacionais que invistam no desenvolvimento global do sujeito, considerando-o sempre como um sujeito de desejos e, portanto com capacidade de aprender.

No que se refere a escola no paradigma da educação inclusiva, penso ter ficado clara a sua importância e seu espaço nos encontros realizados. Percebe-se ainda que, somos conscientes de qual é a função da escola e que devem ser revistas muitas coisas. Fica evidente que os conhecimentos adquiridos em relação a educação inclusiva e aos alunos com necessidades educacionais especiais se dão a

partir da prática dessa proposta de ensino e, desta forma, não se pode deixar estes conhecimentos de lado ao trazer esse processo para a escola regular.

Também nos encontros, ficou claro a importância de pensarmos em ações práticas que envolvam a escola como um todo dentro do processo de inclusão dos alunos com NEEs.

Frente a isso, coloca-se o que se deseja a partir dos diálogos e questionamentos postos no grupo. Vislumbrar novas possibilidades e processos educacionais ressignificados que possibilitem aos sujeitos, a partir de suas condições humanas, o desenvolvimento de suas potencialidades. Processos estes que concebam o aluno com necessidades educacionais especiais ou não, como um ser que pensa e deseja e, portanto “saia da condição de assujeitado para sujeito de sua existência, independente das limitações impostas em sua natureza” (OSÓRIO, 2005, p. 35).

Em nossos encontros e estudos constatou-se que o lugar onde a prática educacional acontece, precisa sim ser revisto. Pois, não é este espaço exclusivamente que determinará se os alunos aprenderão ou não e sim a qualidade do trabalho exercido pelos profissionais da educação, bem como os valores que sustentam este fazer pedagógico.

Dentre as ações práticas listadas e discutidas pelos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga estão em primeiro momento proporcionar momentos de sensibilização que trabalhe nos profissionais a questão das próprias angústias frente ao novo, frente ao processo da Educação Inclusiva; investir no tempo de cada professor e através da formação continuada dar seguimento no processo de desmistificação do desconhecido, nesse caso o processo de inclusão e do que realmente é uma escola inclusiva; observar a experiência já realizada em anos anteriores na escola onde, contrapondo esse aspecto com a legislação em vigor que hoje vem dar força e amparo para a inclusão nas classes regulares e para a ampliação da mesma em uma óptica cooperativa contemplando a educação inclusiva; muito citado também a questão da formação continuada com profissionais que já trabalham dentro de um processo de inclusão, trazendo suas experiências, suas frustrações e suas conquistas com esse trabalho; profissionais de diferentes áreas (médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos ...) que tragam subsídios em suas áreas frente ao processo de inclusão e que possam se somar ao atendimento dos alunos, tentando constituir

uma rede de apoio para atender as necessidades que muitas vezes transpõem o contexto escolar; organizar materiais e encontros para toda a comunidade escolar como forma de conscientização para que recebam e aceitem as diferenças; pessoal especializado para trabalhar diretamente com os professores; oficinas para confecção de tanto de materiais lúdicos para proporcionar diferentes estratégias no processo de ensino e aprendizagem, quanto de materiais adaptados para as diferentes deficiências que encontramos na escola (visual, física, surdez,...); rever o Projeto Político Pedagógico da escola dentro da perspectiva da educação inclusiva.

Estas foram as ações que foram construídas juntamente com os professores, sendo que além dessas muitas outras precisam ser planejadas e implementadas, mas não dependem exclusivamente dos professores e sim do envolvimento da comunidade escolar, estimulado pela perspectiva de gestão democrática e participativa, assim como do poder público.

Se faz necessário, com urgência, a adequação do espaço físico escolar para a garantia de acessibilidade dos alunos com diferentes deficiências, bem como uma infra-estrutura adequada para as salas de aula, banheiros e outros espaços da escola. Além disso, se faz necessário um grande investimento em materiais específicos para o trabalho que priorize a diversidade de estratégias, de metodologias a serem desenvolvidas em sala de aula, além de aquisição e confecção de materiais específicos para o atendimento das necessidades de aprendizagem de alunos com diferentes deficiências que já estão incluídos nas classes regulares da escola e os que virão a serem incluídos.

Frente a essas propostas pode-se perceber que algumas questões permanecem abertas, principalmente a que diz respeito as competências do Poder Público, pois vão além das propostas colocadas pelo grupo de professores, mas que acredita-se, aos poucos vão se efetivando.

Também percebe-se que se faz necessário mais investigações sobre como a escola, os professores, pais e alunos percebem, aceitam e tratam a questão da inclusão no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga (EMEF São Luiz Gonzaga), além de ampliar as possibilidades de participação da comunidade escolar na gestão desse contexto escolar específico.

Tomando como base os encontros, as discussões, os estudos realizados pelo grupo de professores da EMEF São Luiz Gonzaga frente a educação inclusiva, foi possível visualizar e definir ações práticas que se fazem necessárias enquanto

escola para a implementação, no decorrer do processo, de uma escola inclusiva e pode-se perceber que de acordo com Mendes (2002, p.83) “a prática pedagógica é um elemento chave na transformação da escola, estendendo essa possibilidade de transformação ao homem e à sociedade”. Todavia, para isso, é necessário que a escola e professores dêem conta de que desejar que esses alunos aprendam implica descobrir o que podemos fazer para que isso aconteça; implica também colocar-se como participante no processo ensino-aprendizagem desses alunos.

Para finalizar este artigo penso que temos, primeiramente, duas atitudes a tomar. A primeira seria a de incentivar nossos alunos, com necessidades educacionais especiais ou não, a desenvolver o que Sandoval (apud SKLIAR, 1999) denominou por consciência oposicional, isto é, construir uma identidade própria a partir das narrações feitas por eles mesmos para que possam se opor e resistir as pressões de normalização e igualdade a que são constantemente submetidos. Isto equivale a que tenham consciência de suas identidades e de suas diferenças e que possam conviver com elas sem que isto lhes cause prejuízos de qualquer ordem.

A segunda atitude se refere àquela que nós educadores precisamos ter diante de um cenário onde “o canto das sireias dos avanços tecnológicos e científicos não fez mais do que nos lembrar da profundidade de uma barbárie que não parece disposta a nos abandonar tão facilmente” (GENTILI, 2001, p. 42). Diante desta barbárie precisamos voltar a acreditar no valor da educação para conduzir os homens a um destino mais feliz e solidário onde se imprimam novos valores e princípios orientadores. À educação cabe rever sua função, no sentido de voltar a ajudar os sujeitos na tarefa de constituírem-se como seres humanos capazes de orientar as coisas desordenadas e as suas decisões como indivíduos e cidadãos.

Com essas atitudes, o mais rápido possível, se faz necessário, colocar em prática o plano de ação estruturado durante a construção desse artigo e a continuidade do processo de implementação de uma escola inclusiva da EMEF São Luiz Gonzaga.

E é na condição de um ser humano não completo, inconcluso, diante da consciência de que a plenitude de meu existir não está assegurada, que em partes finalizo este artigo. Em partes, pois muito ainda há para se fazer. Este foi apenas o início. Mas feliz por esta vitória e aberta às novas possibilidades e aos novos desafios que certamente chegarão, há seu tempo devido.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

ABRAMOWICZ, Anete. Quem são as crianças multirrepetentes? In: ABRAMOWICZ, Anete e MOLL, Jaqueline (orgs.). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1997. p.161-172.

ARNOLD, Delci K. **Dificuldade de Aprendizagem: o gesto estado de corrigibilidade na escola para todos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo – RS.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo: Brasil, 1996.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>. Acessado em: 08 fev. 2010.

BRASIL/CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: 1994.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília: 1990.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: MEC/SEESP, 1989.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Resolução n. 04.** Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE, 2009.

CARMO, A. A. do. Inclusão Escolar: Roupa nova em corpo velho. **Revista Integração.** Brasília: MEC/SEESP, n. 23, p. 43 - 47, 2001.

_____. Educação Comum e especial: discursos diferentes e uma mesma prática excludente. In: MARQUEZINE, M C et al. **Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial.** Londrina: UEL, 1998, p. 391 – 398. 1998.

CONVENÇÃO Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Guatemala 2001. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-65.htm>. Acessado em 03 mar. 2010.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acessado em: 08 fev. 2010.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos: Plano de Ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, 5 a 9 mar. 1990. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acessado em 10 fev. 2010.

FAVERO, Eugênia Augusta. **Em defesa da inclusão das pessoas com deficiência.** Disponível em: <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=19695>. Acessado em: 25 fev. 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O mini dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. P.127.

FREITAS, S. N.; CASTRO, F. F. de. Fundamentos da Educação Especial. [20--] **Curso de Especialização a Distância em Educação Especial**. Disponível em: http://www.ufsm.br/edu.especial.pos/unidadeA_fund.html Acesso em: 05 fev. 2010.

GUHUR, Maria de Lourdes P. **Dialética: Inclusão – Exclusão**. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, Jan/jun 2003, v. 9, n. 1, p. 39-56.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade ética e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; p. 58-79).

GENTILI, Pablo. Escola e cidadania em uma era de desencanto. In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (org). **Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. p.42.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUSA, S. B. **Inclusão escolar e o portador de deficiência nas aulas de Educação Física das redes municipal e estadual de Uberlândia-MG**. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MARQUES, Mario Osório. **A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 2006.

MAZZOTA, M.J.S. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

_____. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil. In: PALHARES, Marina Silveira & MARINS, Simone Cristina. **Escola Inclusiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p.83.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 – coleção cotidiano escolar.

_____. **Compreendendo a Deficiência Mental:** novos caminhos educacionais. São Paulo: Ed. Scipione, 1988.

_____. **A educação escolar:** comum ou especial. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1988.

_____. **Atitude da escola frente à integração do portador de deficiência.** São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1994.

MRECH, L. M. **Educação Inclusiva:** realidade ou utopia? São Paulo; USP (Trabalho apresentado no evento Lide, 05/05/1999). Disponível em: <http://www.unipaciefom.com.br/.../COLETANEADEARTIGOSDOIICURSOEPOS-GRADUACAOEM.pdf>. Acessado em: 05/02/2010.

OSÓRIO, Antonio Carlos N. Inclusão Escolar: em busca de fundamentos na prática social. In: **Ensaio Pedagógico** – Construindo escolas inclusivas: 1ª ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. p. 35.

PASSO FUNDO. **Resolução Nº 06.** Fixa normas para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino. Passo Fundo: CME, 2006.

PASSO FUNDO. **Decreto nº 6.571.** Orientações ao Atendimento Educacional Especializado para alunos com NEEs. Passo Fundo: CME, 2008.

PASSO FUNDO. **Resolução Nº 14.** Regulamenta o atendimento na modalidade de Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado e itinerante nas Escolas Municipais de Passo Fundo. Passo Fundo: CME, 2009.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa educacional:** quantidade – qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, M. P. Revistando a inclusão sob a ótica d globalização: duas leituras e várias conseqüências. In: SILVA, L. H. (org). **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 36.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão.** Construindo uma sociedade para todos. 2ª ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKLIAR, Carlos. (1999). A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 24, n.2, jul/dez. p. 15-32.

Steinemann, C. F.(1994). **The Voactional Integration of the Handicapped**, In, EASE - Edition nº8 - pp.6 - 13. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/icm/icm2000/icm32/integracao/conceito.htm>. Acessado em: 28/05/2010.

TESTE DE GOODENOUGH. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010.Consult.2010-06-09]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$teste-de-goodenough](http://www.infopedia.pt/$teste-de-goodenough)>. Acessado em: 05 de fev. 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Editora Cortez, 1985.